OS REBATIMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NO TRABALHO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE SAÚDE: aproximações preambulares reverberadas pelas produções teóricas

Cleomar Jamyson da Silva Melo[1]

RESUMO

Este texto aponta algumas aproximações preambulares sobre os rebatimentos da pandemia da COVID-19, como processo de intensificação da precarização do trabalho profissional do/a assistente social que atua na política de saúde. Utilizamos, o recurso da pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, para isso, realizamos uma busca das produções teóricas e relatos de experiências que têm como referência a teoria social crítica. Identifica-se, em suma, que a pandemia articulada à configuração de acumulação capitalista, têm resultado numa intensificação exponencial da precarização do trabalho, sobretudo do/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a.

Palavras-chave: Serviço Social, Trabalho Profissional, Pandemia COVID 19.

This text points out some preambular approximations about the effects of the COVID-19 pandemic, as a process of intensifying the precariousness of the professional work of the social worker who works in the health policy. We use the resource of qualitative research of bibliographic and documentary character, for this, we carry out a search of theoretical productions and reports of experiences that have as reference the critical social theory. In short, it is identified that the pandemic linked to the configuration of capitalist accumulation has resulted in an exponential intensification of the precariousness of work, especially of the social worker as a salaried worker.

Keywords: Social Work, professional labour, Covid-19 pandemic.

1 INTRODUÇÃO

As repercussões deletérias sobre o mundo do trabalho, tão visíveis na atualidade, são definidas pelo desenvolvimento acentuado da acumulação

[1] Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS; E-mail: cleomarsocial@gmail.com.

predatória do capitalismo, que impactam diretamente no mundo do trabalho, provocando um processo de intensificação da precarização do trabalho, e desse modo, elevam-se, em níveis cada vez maiores, as péssimas condições da classe-que-vive-do-trabalho. Por este ângulo, os elementos aqui apresentados, buscam aproximar e analisar as tendências que assumem o trabalho profissional do(a) assistente social a partir da realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus, na particularidade da inserção profissional na política de saúde, a luz das produções teóricas publicadas recentemente nos principais periódicos da área do serviço social.

Assim sendo, com os avizinhamentos realizados, buscou-se apreender os preambulares impactos da pandemia do Covid-19 no trabalho dos(as) assistentes sociais, problematizando e trazendo para o debate os elementos que compõem o processo de intensificação da precarização do trabalho e as implicações para a vida desses(as) trabalhadores(as).

O nosso trabalho divide-se em dois momentos, o primeiro - o debate permeado sobre os efeitos das transformações engendradas pela reestruturação produtiva, no trabalho dos(as) assistente sociais, além de, algumas reflexões, ainda que, preliminares, sobre a pandemia da COVID-19 e os seus rebatimentos no trabalho profissional do/a assistente social. No segundo momento, desenvolvemos os resultados e análises a partir do material garimpado, evidenciando uma uniformidade nas discussões sobre a pandemia e o trabalho profissional.

Contudo, estamos convictos que os processos de precarização social do trabalho do/a assistente social caminham a passos largos, e como resultantes das transformações societárias, se tornam cada vez mais devastadoras, que com a pandemia do novo coronavírus, a precarização do trabalho intensificou-se exponencialmente.

2 CRISE DO CAPITAL E AS INFLEXÕES NO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

A sociabilidade capitalista, em seu trajeto histórico, é demarcado por demasiadas crises econômicas, evidenciando-se o aspecto contraditório do modo de produzir e reproduzir do capitalismo. Desse modo, com o propósito de nos aproximarmos dos efeitos da crise contemporânea - nomeada por Mészáros de crise estrutural sistêmica - que se enraíza nos finais do século XX, nos anos de 1970 ocasionando-o a bancarrota do modelo keynesiano-fordista (que manteve durante mais de 30 anos o Estado de Bem-Estar Social) e que suas danosas expressões afetam todas as dimensões de ser e viver da classe trabalhadora e da natureza (MÉSZÁROS, 2011).

Mota (1995), em a “Cultura da crise e seguridade social”, apresenta-nos, que em tempos de profundas crises, a reestruturação produtiva é peça fundamental na garantia do “equilíbrio instável”, que tem como condição crucial, como assevera a autora, “[...] a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (MOTA, 1995, p. 65). Dito isso, na contemporaneidade, a instabilidade entra em vigor através da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992). Desse modo, sendo concretizado: pelo reordenamento hierárquico no mercado mundial de mercadorias; pelas implicações sob o mundo do trabalho; e pela implementação de medidas neoliberais.

As mudanças no âmbito do mundo do trabalho, cujo caráter flexível, aponta para uma nova roupagem do trabalho, ou uma nova morfologia do trabalho Antunes (2015), e que repercute drasticamente nas condições de trabalho, expressas pela via da terceirização, da subcontratação, da polivalência da força de trabalho, do trabalho temporário, da informalidade, do aumento do desemprego e do profundo processo de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas.

Ainda no que se refere às metamorfoses no mundo do trabalho, há de se observar

> uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços [...] Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 61-62, grifo do autor).

No Brasil, influenciados pelo Consenso de Washington, a partir dos anos de 1990, os governos neoliberais promoveram as transformações conduzidas pela reestruturação produtiva, caracterizada pela flexibilização da produção e pelo estado neoliberal. Sendo formadas pelo conjunto de medidas do ajuste fiscal, de caráter contrarreformista Behring (2003), provocando o desmonte das políticas sociais e aprofundando as péssimas condições de vida da classe trabalhadora. O estado, sob o ideário neoliberal, dada as devidas particularidades da formação sócio-histórica de cada país, tem nas suas entranhas a incumbência de "colaborar com as elites empresariais ao fornecer suporte em infraestrutura e garantir a lei da ordem, facilitando, assim, a acmulação de capital e o crescimento econômico" (CHAN, PUN, SELDEN, 2019, p. 11-12).

Assim, o Serviço Social, como uma profissão que tem sua particularidade na divisão sociotécnica do trabalho como um trabalho coletivo, especializado e sem sombra de dúvidas, como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), pois, é como se dão as relações de "compra e venda da força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais" (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Todavia, para analisar o trabalho profissional do(a) assistente social, faz-se necessário, compreendê-lo como parte integrante da classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades e constrangimentos no cotidiano e que vende sua força de trabalho em troca de um salário, como condições presentes para os que labutam e tem-se o processo de assalariamento (RAICHELIS, 2011).

De acordo com Costa (2006), o profissional do Serviço Social,

> como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras (COSTA, 2006, p. 306).

Como atesta Guerra (2010), desde à década de 1990, demarcada pelo início do período contrarreformista, "como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos". (GUERRA, 2010, p. 716).

De acordo com Iamamoto (2015), a condição de assalariado(a) do(a) assistente social,

> envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

Neste seguimento, as ofensivas empreendidas no âmbito do trabalho, agridem também o mercado de trabalho profissional do(a) assistente social, por estarem submetidos/as a vínculos precários de trabalho, com subcontratações de caráter terceirizado e com baixos salários, evidenciados como uma propalada exploração do trabalho profissional.

2.1 Pandemia do novo coronavírus e as inflexões no trabalho profissional do/a Assistente Social.

Entretanto, com as transformações em curso, isto é, a condição de "cataclismo" humanitário, na qual estamos submersos(as), pela crise estrutural do capital, e amplificada exponencialmente pela crise sanitária causada pelo novo coronavírus, é desnudada as contradições constitutivas e inerentes da sociabilidade do modo de produção capitalista - desigualdade exacerbada, pauperização e exploração da classe trabalhadora, além de evidenciar que o falacioso discurso "pregado" pelo neoliberalismo e suas contrarreformas é de interesse do grande capital, em prejuízo dos direitos da classe trabalhadora.

À vista disso, o processo de exacerbação do "Capital pandêmico" (ANTUNES, 2020) - simbiose da crise estrutural sistêmica do capital e a crise sanitária,

evidenciam o cenário favorável para o capital perscrutar sua acumulação. Como assevera Mascaro (2020),

> o mesmo aparato de dispositivos está a postos para a crise atual, cujo choque, ao invés de frear o capitalismo, permitirá o seu avanço, ainda mais imunizado. Nunca houve nem há nenhum limite moral, ético ou humanista ao capital: a sociedade capitalista é apenas a sociedade da marcha da acumulação (MARCARO, 2020, p. 20)

Declarada[2] pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia - em 11 de março de 2020, ocasionada pelo novo coronavírus sars-cov-2 (COVID-19), teve seu primeiro caso registrado no mundo em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei na República Popular da China - que em apenas 2 (dois) meses e meio se espalhou por diversos lugares do mundo, chegando no Brasil em 26 de fevereiro, quando teve seu primeiro caso registrado na cidade de São Paulo.

Dessa forma, dada as devidas condições de alastramento do vírus, que iniciou como uma transmissão local e extrapolou para uma contaminação de caráter comunitário em escala planetária, requisitou-se das autoridades sanitárias e governamentais em todo mundo, buscarem a mitigação da doença, para evitar o máximo da quantidade de vidas ceifadas.

Desde o início da pandemia, segundo as orientações das autoridades científicas e sanitárias, que defendem o isolamento social e a vacina, como forma de combaterem a disseminação do vírus, fez-se necessário, pensar nas condições fundamentais para que a classe trabalhadora pudesse cumprir a quarentena e ao mesmo tempo, garantir a destinação de recursos tanto para os serviços de saúde como para as instituições laboratoriais produtoras(es) de vacinas. Ou seja, diferentemente do lema que o ideário neoliberal vem disseminando há mais de 30 anos, que o estado deveria ser mínimo e com tímida intervenção, a pandemia desnudou que mais do que nunca, o estado deve ser forte, com atuação presente no conjunto das necessidades sociais e humanas, com investimento pesado nos

[2] https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881

serviços públicos e estatais, como “uma resposta estatal de controle da COVID-19” (MATOS, 2021, p. 27).

Em contrapartida, o governo do Jair Messias Bolsonaro, tem feito vista grossa - com discursos: “é só uma gripezinha”; “e daí?”; “eu não sou coveiro”; ou “parem de chorar suas maricas” - para o crescente aumento do número[3] de vítimas acometidas pela Covid-19, pois as ações do Ministério da Saúde têm sido mínimas ou quase inexistentes, jogando a responsabilidade para as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Os discursos proferidos e a condução do governo brasileiro no que desrespeita ao enfrentamento do vírus, tem tido um caráter negacionista e fascista, pois, desde o início, vem “produzindo uma abordagem centrada na minimização da pandemia, na desqualificação das medidas de contenção, na naturalização da morte e na suposição de uma espécie de teoria da conspiração [...]” (CALIL, 2021, p. 40).

Nessa direção, cabe o seguinte destaque: o “capital pandêmico”, representa uma devastação brutal para humanidade que depende do seu trabalho para sobreviver, pois a principal forma de evitar o contágio da doença é o isolamento social, e um grande contingente de trabalhadores(as) estão em péssimas condições de vida e trabalho - com vínculos precarizados e totalmente flexibilizados ou desempregados e sem acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, segurança alimentar e etc., impossibilitados(as) de cumprirem o distanciamento social, pois há necessidade de sair para conseguir o que comer. Esta é uma realidade de quase a totalidade da classe trabalhadora. Ou seja, como afirma Antunes(2020):

> Sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome (ANTUNES, 2020, p. 182).

Revela-se, portanto, que a classe trabalhadora está sob profundo “fogo cruzado”, pois as alternativas - que são próprias do capitalismo - são de um caminho

[3]Contando do dia 02 (dois) de agosto de 2021, data que escrevemos o nosso texto, segundo o PAINEL do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) o país já contava com a morte de mais de 557.223 mil pessoas(https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/).

que impulsionam para o corredor da letalidade ou da mortalidade, enquadrando-os numa relação de vilipendiamento. (ANTUNES, 2020).

Também, os(as) trabalhadores(as) dos serviços de saúde se colocam em fogo cruzado, tendo que trabalhar presencialmente e na linha de frente dos estabelecimentos públicos ou privados de saúde, na maioria dos casos, com vínculos precários - baixos salários, terceirizados, contrato temporário e etc. - ou em serviços sucateados (terceirizados, (des)financiados, (sub)financiados e etc), evidenciando as imensas dificuldades as quais a pandemia tem se intensificado. Como afirmam, as autoras Melo et al. (2020)

> O resultado da frequente redução do aparelho estatal, flexibilização das leis trabalhistas, desvalorização e falta de investimento em ciência, tecnologia e educação, além do constante desmonte do SUS vêm à tona na atual conjuntura, aumentando a vulnerabilidade dos indivíduos e aprofundando ainda mais a desigualdade social brasileira (MELO et al., 2020, p.285-286).

Por outro lado, o sistema de saúde mais utilizado do Brasil é o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como princípio central a universalidade. Um sistema que apesar das “pelejas” - inflexões causadas pelas contrarreformas na política de saúde - tem se assentado como um bom sistema de saúde, se comparado ao período antes de sua existência. Mas, desde a gênese, no seu marco jurídico-normativo (na Constituição Federal de 1988) o SUS vem sofrendo nocivos ataques, como assegura Soares (2017, p. 129) “a precarização e privatização da gestão pública estão cada vez mais associadas ao aumento da participação das entidades privadas na gestão e execução de serviços da rede SUS e fora dela”. Assim também, são impostas limitações para os trabalhadores(as) da saúde, que se vêem pressionados a racionalidade da precariedade dos serviços terceirizados.

3. O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES TEÓRICAS ACERCA DAS INFLEXÕES DA PANDEMIA NO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL QUE ATUA NA SAÚDE

Realizamos uma busca das produções teóricas e relatos de experiências, no sentido de capturar, nos espaços sócio ocupacionais de atuação do(a) assistente social, no campo da saúde pública, as inflexões do contexto pandêmico, com o propósito que nos desse o suporte necessário para analisar textualmente os rebatimentos. Esse é o caminho do pensamento pelo qual buscamos nos aproximar e reconstruir nosso objeto de análise.

Analisamos, como material empírico, alguns dos principais periódicos da área de Serviço Social, com avaliação Qualis A1 ou Qualis A2, publicados em 2021, com análises realizadas referente a 2020, e que tivessem como temática editorial uma articulação entre: o Serviço Social, o Trabalho e/ou Exercício Profissional, a Crise do Capital e a Pandemia. Sendo assim, escolhemos trabalhar com 3 (três) revistas que se enquadraram nos nossos critérios de escolha, sendo elas: 1) Em Pauta[4] - Crise, Pandemia, Trabalho e Política Pública (v.19 / n. 48 / 2021); 2) Serviço Social e Sociedade[5] - A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social (n. 140 / 2021); e 3) Temporalis[6] - Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social (v. 21 / n. 41 / 2021).

Após, a escolha do material empírico de nossa pesquisa, realizamos uma triagem, utilizando alguns descritores, na edição de cada periódico, com o intuito de apreender apenas os artigos/textos que abordavam sobre: o “trabalho em geral”; o “trabalho do(a) assistente social em geral”; e o “trabalho do(a) assistente social que atua na saúde”.

Por unanimidade, as produções teóricas, reconhecem à atual crise sanitária como uma expressão, ou melhor dizendo, como parte constitutiva, da crise estrutural do capital, alguns demarcando o seu início na década de 1970 tendo seus efeitos oxigenados até os dias atuais, que com “a pandemia apenas exacerbou traços de uma grande crise” (YAZBEK et al., 2021, p. 11) totalmente exponenciada pela pandemia do novo coronavírus.

---

[4] https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta;
[5] https://www.scielo.br/j/sssoc/;
[6] https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis;

Ainda sobre a discussão da crise do capital e sua correlação com a pandemia, aparece por diversas vezes, a necessidade de percebermos os efeitos e as novas manifestações, atualizadas e recrudescida, que "[...] especificamente no ano de 2008 [...] essa crise econômica atingiu tanto os países centrais quanto os periféricos [...]" (CORRÊA e REIDEL, 2021, p. 140), da qual, resguardada as particularidades sócio-histórico de cada país, apontam para um intenso processo de aprofundamento do neoliberalismo e de novos aspectos da acumulação flexível do capital.

Sobre a caracterização e os efeitos da forma de gerir o estado brasileiro em tempos de pandemia, há também, um diálogo quase homogêneo entre as produções analisadas. Termos como, ultraneoliberal, ultraconservador e negacionista, são alguns dos termos mais citados para evidenciar o descaso e ao mesmo tempo as ações bem conscientes de um governo que desde o início, bem antes da pandemia, vem aplicando a cartilha devastadora e predatória do capital. Como afirmam as autoras Soares, Correia e Santos (2021):

> No Brasil, além da crise sanitária de extrema complexidade e gravidade, associada à crise capitalista, temos que enfrentar uma política de saúde sob a gestão de um governo negacionista, protofascista, conservador e ultraliberal (SOARES; CORREIA e SANTOS, 2021, p. 130)

Somadas aos efeitos do capital pandêmico e à atuação do governo federal ao enfrentamento da pandemia, as discussões teóricas, apontam para uma simbiose catastrófica, sustentada por dois elementos: a intensificação da precarização do trabalho no país e para o aprofundamento da privatização dos serviços de saúde. Desse modo, já afirmamos anteriormente, que a pandemia desnudou os efeitos nefastos sobre o mundo do trabalho - gerados pelas respostas dadas do capitalismo para enfrentar as suas crises, pois "antes da chegada da pandemia, já tinha a marca da desproteção social, precarização, informalidade e desemprego" (SANTANA, 2021, p. 71).

Desse modo, o(a) assistente social como um(a) trabalhador(a) assalariado(a) é diretamente impactado com as transformações devastadoras e agressivas,

inerentes às crises do próprio capitalismo, e que são impulsionadas pela crise sanitária. Como asseguram Corrêa e Reidel (2021),

> há uma tendência de intensificação da precarização do trabalho de Assistentes Sociais no Brasil, inerente à superexploração da força de trabalho, característica estrutural do capitalismo no país, que, associada ao contexto de crise política, econômica e social e com a pandemia, escancara as portas para a intensificação da flexibilização do trabalho e agudização da precarização das políticas sociais (CORRÊA, REIDEL, 2021, p. 149).

Os(as) assistentes sociais, como trabalhadores(a) assalariados(as), sofrem todos os processos de ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários e com a superprecarização do trabalho, que os demais da classe trabalhadora também sofrem, pois com a conjuntura pandêmica ocorreu uma “amplificação exponencial”, segundo Antunes (2020), dessa precarização, expressa pelos vínculos precários , baixos salários e condições em geral de trabalho.

O segundo elemento sustentador da simbiose catastrófica, são os efeitos danosos voltados para as políticas sociais, ocasionados pelo ideário neoliberal e sua política econômica contrarreformista, que em um cenário pandêmico requer uma ação ainda mais estruturada e efetiva por parte dos serviços, sobretudo os de saúde. Porém,

> o processo de privatização do SUS continuou sendo ampliado durante a pandemia com o repasse da gestão de muitos hospitais de campanha para os modelos privatizantes por meio da contratualização de Organizações Sociais (OS), especialmente (SOARES, CORREIA, SANTOS, 2021, p. 121-122).

No que lhe concerne, a política de saúde, historicamente, tem sido um espaço de trabalho dos(as) assistentes sociais que teve, com criação do SUS, o espaço profissional ainda mais ampliado. Entretanto, o(a) assistente social tem sido requisitado(a) para está na linha de frente nos serviços de saúde, não que qualquer jeito, mas atuando de acordo com as suas atribuições e competências no que consta na Lei de N° 8.662/93 que regulamenta a profissão. Esse novo cenário apresenta novos desafios, ao mesmo tempo que temos o retorno de velhos dilemas que já estavam presentes no âmbito das instituições, permeados por requisições que não são atribuições e competências desses profissionais.

As (re)edições de antigas requisições inadequadas dirigidas ao serviço social, como a comunicação do óbito ou do quadro clínico do paciente, recomendado pelo documento "Manejo de corpos no contexto da Covid-19[7]" tendo sido publicado pelo próprio Ministério da Saúde, apresenta-se como desafio para profissão. Mas, em resposta, o Cfess (2020, p. 2), em sua Orientação Normativa de nº03/2020, reafirma que "a comunicação de óbito deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da causa mortis dos/as usuários/as dos serviços de saúde [...]".

O cenário atual, acometido pela pandemia, o sentimento do "medo" (MATOS, 2020) e de exaustão dos trabalhadores da saúde, sobretudo do assistente social, tem se agudizado com o aumento de número de contaminados e de óbitos. Segundo Irineu et al. (2021, p. 12), essas inflexões traduzem "seja no adoecimento dos/das profissionais, na exposição a riscos, inclusive diante da ausência efetiva de vacinação, espaços e equipamentos de proteção adequados.

Neste sentido, as tendências que se apresentam são: a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); a liberação dos profissionais que apresentam comorbidade de saúde; a sobrecarga de trabalho para os que continuaram no trabalho; a transformação do Serviço Social em "posto telefônico"; e os salários atrasados e sem adicional de insalubridade. São esses alguns dos diversos dilemas que expõem a intensificação da precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais.

Contudo, a pandemia evidenciou um conjunto de novas situações no cotidiano do trabalho profissional do(a) assistente social, como a presença, ainda maior, das ferramentas tecnológicas-informacionais-comunicacionais, ocasionando um processo de burocratização e intensificação do trabalho profissional. Como assevera, Bezerra e Medeiros (2021),

> É preciso garantir o sigilo profissional, que pode ser comprometido pela ação profissional de forma remota. Esta é uma realidade que pode fragilizar o andamento da intervenção profissional e exigir outras formas de enfrentamento (BEZERRA, MEDEIROS, 2021, p. 61).

[7] http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/manejo-corpos-coronavirus-versao1-25mar20-rev5.pdf

Em suma, após discussões presentes nas produções teóricas, evidenciamos que se a crise estrutural do capital, com os efeitos da reestruturação produtiva, sob o mundo do trabalho - expressas pelas contrarreformas neoliberais, já haviam rebatimentos no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais, com a pandemia, ocorre há uma intensificação dos desafios postos nos espaços sócio ocupacionais destes profissionais, o que demonstra a necessidade de capturar esses fenômenos no movimento concreto do real.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho, se discutiu que desde a década de 1990, com o advento do ideário neoliberal, vivencia-se um intenso processo de regressão de direitos sociais e trabalhistas, o que têm impactado “terrivelmente” no mundo do trabalho e nas políticas sociais, implicando em precarização e expropriação dos direitos. Sendo, o Serviço Social uma profissão que compõe a divisão sócio e técnica do trabalho de caráter assalariado, está submergida sob todos os ataques e ofensivas direcionadas ao mundo do trabalho e as políticas sociais sob as quais exercem o seu trabalho.

As produções teóricas elaboradas e socializadas, confirmam os nossos pressupostos, que os impactos sobre o mundo trabalho em geral e no cotidiano profissional do/a assistente social, motivados pela pandemia da COVID-19, desnudam as péssimas condições de trabalho e dos serviços de saúde públicos no país, como consequência da adoção das políticas neoliberais que há mais de três décadas vem se aprofundando no Brasil. Dessa maneira, submete-os a um trabalho sob fogo cruzado, por trabalharem em serviços essenciais e por estarem expostos ao vírus pelas péssimas condições de trabalho.

Apreendeu-se, em suma, que a pandemia interligada à configuração de acumulação capitalista, têm resultado numa intensificação exponencial da precarização do trabalho, sobretudo do/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed - São Paulo: Cortez, 2015.

_____. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: FILHO, H. M.; TOSTES, A. (org). **Quarentena:** reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6 editora, 2020.

_____. O trabalho sob fogo cruzado. Boitempo: São Paulo, 2020.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; DE MEDEIROS, Milena Gomes. SERVIÇO SOCIAL E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 53-69, 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-47, 2021.

CFESS. **Orientação Normativa - n° 03**. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf Acesso em: 10 de mai. 2021.

CHAN, P.; PUN, N.; SELDEN, M. A política da produção global: Apple, Foxconn e a nova classe trabalhadora chinesa In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2017.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos Serviços de Saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Laís Duarte; REIDEL, Tatiana. PERFIL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS/AS. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 136-154, 2021.

MELO, D. C. S.; FERREIRA, J. E. S.; ARAÚJO, J. O. M. [et al] **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, PANDEMIA DA COVID 19 E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.** ANAIS - IX CONASSS - Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde - XII SIMPSSS – Simpósio de Serviço Social em Saúde, de 22 a 24 de setembro de 2020

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, p. 715-736, 2010

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IRINEU, Bruna Andrade et al. CRISE DO CAPITAL E PANDEMIA: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 7-18, 2021.

MASCARO, A. L. Crise e Pandemia. Coleção Crise Pandemia. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

MATOS, M. C. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde.** Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pd. Acesso em: 10 de set. 2020.

_____. O neofacismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. **Revista Humanidades & Inovação**, Tocantins, v. 8, n.35, p. 25-35, 2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Ana Carvalhaes... [et al.] – 2.ed. ver. E ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. S. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo – Cortez, 1995.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 48, 2021.

SOARES, R. C. Tendências da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social: privatização e superprecarização In: SILVA, A. X.; NÓBREGA, M. B.; MATIAS, T. S. C. (Orgs). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social**: As inflexões na política de saúde. Campina Grande: EDUEPB, p. 53 - 73, 2017.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. 2021. **Serviço Social & Sociedade**, 2021.